Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista

RODOLFO STAVENHAGEN

Existe um truísmo comumente aceito nas ciências sociais segundo o qual os fenômenos sociais, ou seja, alguns fatos sociais interrelacionados, não existem por si mesmos, só se tornando significativos quando vistos através de várias teorias, paradigmas, ideologias e até mesmo valores (alguns diriam preconceitos) daqueles que os observam. Dito de modo mais simples, e em termos dos acontecimentos correntes, pode-se ser terrorista ou paladino da liberdade, dependendo de quem julga.

Muitos dos conceitos mais caros à teoria social, econômica e política devem, portanto, ser considerados em termos dos paradigmas ou orientações teóricas, nem sempre explícitos, que os sustentam. Não me refiro aqui à tradicional questão que há muito persegue os teóricos do social: existe uma ciência social independente dos valores? A resposta a esta questão, obviamente, é não, não existe! Porém, a questão é: que valores implícitos ou explícitos estão por trás do uso de conceitos e categorias (e também da ausência de seu uso) na reflexão das ciências sociais?

Muitos exemplos vêm à mente. Talvez o mais flagrante seja o que se refere ao conflito entre comunismo e capitalismo. Para uma escola de pensamento, a questão principal é a construção da sociedade socialista, ou a promoção da revolução socialista. Pode haver divergências e conflitos quanto à melhor forma de atingi-lo, mas o fim em si mesmo não é questionado. Para outra escola de pensamento, o objetivo é liberdade e democracia (tal como definidas pela filosofia política liberal) e a luta contra o totalitarismo

comunista. Aqui também pode haver debate e conflito quanto à melhor forma de alcançar tais ideais, mas as premissas básicas de valor são aceitas por todos os membros da escola. Estaríamos prestando um desserviço à ciência social se afirmássemos que os cientistas sociais não devem preocupar-se com tais questões, que a ciência social "pura" transcende estes debates ideológicos, estudando fenômenos sociais apenas em seus próprios termos. É, justamente, entre os cientistas sociais que se encontra o mais intenso debate em torno dos méritos relativos dos paradigmas socialistas e capitalistas (emprego estes termos com cautela, considerando-os conceitos bem abrangentes). Poderíamos também falar de paradigmas marxistas e não-marxistas, porém, isto também seria bastante limitado. Poucos cientistas sociais, se é que existe algum, principalmente os que trabalham no macro-nível, escapam de algum envolvimento com as premissas de valor que baseiam os conceitos e teorias que costumam usar em suas análises dos sistemas sociais contemporâneos. Podemos citar, por exemplo, os debates conceituais e teóricos sobre a natureza e o papel das classes sociais na sociedade, ou sobre a natureza do Estado moderno.

O destino mutável da teoria do desenvolvimento

Outro exemplo, talvez mais próximo de nossas preocupações, refere-se à teoria do desenvolvimento. Aqui, entramos, diretamente, no centro do debate. A palavra (termo, conceito) "desenvolvimento" por si mesma é cheia de implicações de valor das mais intensas, e, no entanto, até hoje, ninguém parece ter encontrado uma substituição adequada. "Desenvolvimento" significa mudança, evolução, crescimento, metamorfose. Mas devemos perguntar: desenvolvimento de onde para onde, e de quê para quê?; de pequeno a grande?; de atrasado a adiantado?; de simples a complexo?; de jovem a velho?; de estático a dinâmico?; de tradicional a moderno?; de pobre a rico?; de inferior a superior? As questões são muitas e complexas e, no entanto, aceitamos o termo "desenvolvimento" como instrumento de trabalho da ciência social, realizamos estudos de desenvolvimento, e até praticamos "desenvolvimento" enquanto economistas e sociólogos do desenvolvimento, ou planejadores e agentes de desenvolvimento. Termos similares, e também amplamente usados, não são menos problemáticos. Falamos de subdesenvolvimento, ou de países em desenvolvimento (em relação a quê, ou a quem?). As

Nações Unidas dispõem de uma longa lista de países menos desenvolvidos, aos quais dedicam cuidado especial ... e pouco mais do que isso. Vários cientistas sociais falam de "maldesenvolvimento" ou desenvolvimento "perverso", com a implicação de algum tipo de patologia que seria desviante de um tipo ideal de desenvolvimento válido e sadio que não estaria sendo observado. Assim, nossos valores implícitos já aparecem, mesmo antes de começarmos a discutir a questão do desenvolvimento.

Tais questões nunca foram colocadas tão claramente quanto durante as três décadas, do início dos anos 50 até fins dos anos 70, quando predominou, com algumas exceções notáveis, uma concepção linear evolucionista no pensar o desenvolvimento. O ponto de partida era o reconhecimento de que algumas regiões do mundo (na maior parte colônias ou ex-colônias das potências européias) eram "atrasadas" econômica, social, cultural e, acrescentariam alguns, politicamente. O atraso, tal como era entendido na época, significava pobreza, fome, produto nacional baixo, baixa renda per capita e, em geral, baixos padrões de vida para grandes parcelas da população. O remédio para o atraso era, naturalmente, crescimento econômico. Diferentes estratégias eram elaboradas e postas em prática em diferentes contextos, visando acelerar o crescimento econômico. Algumas enfatizavam a necessidade de recursos naturais, outras sustentavam que o elemento chave era o capital, e outras ainda elegiam a tecnologia, ou a educação. Logo tornou-se claro que nem todos estes fatores juntos poderiam resolver o problema do atraso. Dizia-se, então, que o crescimento é uma questão de estágios pelos quais os países devem, necessariamente, passar e que, dificilmente, podem ser pulados. Fez-se uma importante distinção entre crescimento econômico enquanto tal (aumento do produto nacional e da renda per capita) e desenvolvimento entendido numa perspectiva mais ampla e institucional. O desenvolvimento social e institucional tornou-se um componente importante. Na década de 60, a palavra chave era modernização. Na verdade, alguns iam mais longe e preferiam o conceito de "ocidentalização". Este último, devido a seu extremo etnocentrismo, foi agora, com razão, descartado pela comunidade científica.

Obviamente, encontramos aqui, diretamente, as premissas básicas de valor daqueles que, sejam cientistas sociais ou planejadores, lidam com as questões de desenvolvimento. O modelo implícito, ou, muitas vezes, explícito, da chamada sociedade moderna só poderia ser alcançado se os países em questão seguissem certas estratégias

de mudança social e econômica. O modelo segundo o qual se esperava que os países subdesenvolvidos encontrassem seu próprio futuro vinha do mundo industrializado. O progresso através da escala de desenvolvimento era medido, julgado e avaliado por uma nova casta de especialistas internacionais. Os países eram classificados numa hierarquia de acordo com seu desempenho, como atletas numa pista, orientando a distribuição ou suspensão dos recursos das agências internacionais de financiamento e ajuda.

Pratica-se muito, nesse período, o exercício de identificar os chamados obstáculos à mudança: instituições sociais tradicionais, economia não monetária, ausência de espírito empreendedor, visão de mundo particularista e não universalista, e assim por diante. O crescimento e o desenvolvimento deveriam ser alcançados através da introdução de inovações e de uma mudança cultural adequadamente dirigida. Dizia-se que muitos países, dada uma base mínima de tamanho e recursos, poderiam deslanchar um crescimento autosustentado, sob certas condições que os técnicos e a comunidade internacional deveriam fornecer. Os países subdesenvolvidos eram tidos como sociedades duais, nas quais um setor moderno e progressista chocava-se com outro, tradicional e atrasado, e este último deveria ser ultrapassado.

O fraco desempenho da maioria dos países subdesenvolvidos, o aumento da distância entre pobres e ricos no mundo, a persistência e, de fato, o aumento da pobreza da massa no Terceiro Mundo tornaram claro, por volta dos anos 60, que esta abordagem não produzia bons resultados. A crítica às teorias sociais e conceitos subjacentes a esta orientação, por parte de cientistas sociais radicais, tornou-se cada vez mais intensa. Muitos especialistas começaram a perceber que o "subdesenvolvimento" não se deve tanto à ausência deste ou daquele fator, e que vários países subdesenvolvidos, tomados individualmente, não conseguiriam, por mais que se esforçassem, superar essa condição. Não se procurava mais as causas históricas do subdesenvolvimento, simplesmente, nos contextos locais ou nacionais, mas sim no sistema econômico internacional vigente desde os tempos coloniais. Passou-se a reconhecer que o subdesenvolvimento era resultante de certos tipos de relações econômicas estabelecidas entre o centro e a periferia. Estes novos conceitos, centro e periferia (ou suas variantes, como metrópole e satélite), tornaram-se objeto de análise e debate. Muitos cientistas sociais dedicaram-se ao estudo do sistema mundial e de seu impacto sobre diferentes regiões e nações, no quadro da agora chamada teoria da depen-

dência. Subdesenvolvimento não significava mais "ser atrasado", mas sim "ser dependente e explorado". De um conceito linear, transformou-se em um conceito relacional. Em termos metodológicos, pode-se dizer que houve uma mudança no paradigma: em contraste com o período anterior, começaram a ser colocadas outras questões, criados outros conceitos e outras respostas.

O debate logo passou dos círculos acadêmicos à arena pública. Na metade dos anos 70, o sistema das Nações Unidas tornou-se o forum das reivindicações do Terceiro Mundo por uma nova ordem econômica internacional. Afirmava-se que o subdesenvolvimento só poderia ser combatido e alcançado o desenvolvimento, se ocorressem mudanças drásticas nos padrões de comércio internacional, nos preços das matérias primas e dos produtos industrializados, nos fluxos de capital e nas transferências de financiamento de tecnologia, etc. Os países industriais eram agora apontados como responsáveis pela situação do Terceiro Mundo, e passaram a arcar com o ônus da mudança. Na verdade, nenhum país industrializado admitiu esta responsabilidade histórica, embora algumas vozes prudentes expressassem preocupação a respeito de suas implicações (por exemplo, o relatório Brandt). Até agora, as assembléias especiais das Nações Unidas, o diálogo Norte-Sul, as várias tentativas fracassadas de negociações globais, não ofereceram resultados significativos. O sistema internacional, pelo menos no que se refere às relações Norte--sul, continua mais firme do que nunca, mesmo mergulhando numa crise cada vez mais profunda.

Quando falo do sistema mundial refiro-me, naturalmente, ao sistema capitalista; e as teorias do desenvolvimento de que trato dizem respeito ao mundo capitalista. A abordagem marxista coloca a problemática do desenvolvimento em termos bem distintos, mas, na verdade, refere-se às mesmas questões. As primeiras manifestações do pensamento marxista consideravam que a extensão da economia capitalista às áreas atrasadas constituía, de certa forma, um progresso histórico (apesar do barbarismo, crueldade e opressão dos regimes coloniais). Na América Latina, por exemplo, Marx achava que a invasão americana do México em 1845, que custou a este país metade de seu território, constituía um passo histórico à frente, dada a natureza progressista do capitalismo americano na época. E são também conhecidas as opiniões de Marx a respeito do papel positivo do imperialismo britânico na Índia, em função da imutabilidade pré-colonial do modo de produção asiático. Existem afirmações de que o ponto de vista de Marx sobre a Índia pré-

-inglesa não corresponde aos fatos históricos, mas que seria, em termos metodológicos, um aspecto importante de seu sistema histórico (Chandra, 1980).

Os marxistas posteriores concluíram que o imperialismo, ao implementar o desenvolvimento capitalista por todo o mundo, apressaria a destruição do sistema capitalista, através do aprofundamento de suas contradições. As análises marxistas previram que o socialismo seria estabelecido primeiro nos países capitalistas avançados, mas o fato de que tenham ocorrido revoluções socialistas em alguns países subdesenvolvidos exigiu que os marxistas repensassem seriamente estas questões.

A teoria da dependência é, às vezes, considerada como o reverso da teoria do imperialismo. Enquanto esta última se refere ao problema do sistema capitalista mundial do ponto de vista dos países industrializados, a primeira faz o mesmo, mas do ponto de vista do Terceiro Mundo. Esta abordagem não é assim tão recente. O papel explorador do imperialismo já era claramente percebido por vários latino-americanos no século XIX, bem como por estudiosos indianos, antes mesmo de Ghandi. Em ambas as perspectivas são levantadas várias questões teóricas e práticas: de onde vem a força motriz que permite vencer o sistema capitalista mundial? A teoria leninista do imperialismo privilegia as contradições internas dos países capitalistas industrializados, que conduziriam à revolução proletária. O maoísmo, por outro lado, enfatiza o papel revolucionário das guerras camponesas do Terceiro Mundo. A teoria da dependência parece escolher uma espécie de retirada do sistema internacional para acelerar um desenvolvimento nacional independente, seja de natureza capitalista ou socialista. No início da década de 80, nenhuma destas perspectivas conseguiu demonstrar sua viabilidade. Os países capitalistas industrializados não estão em vias de tornar-se socialistas, e nenhum país do Terceiro Mundo conseguiu livrar-se do sistema mundial para inaugurar a via independente de desenvolvimento nacional. A China, que fez esta tentativa, está agora no processo de se religar ao Ocidente.

Assim, parece que, atualmente, a teoria do desenvolvimento perdeu sua orientação. Os modelos e estratégias tradicionais falharam. Além disso, a teoria da dependência trouxe uma complicação a mais. Na medida em que caiu no domínio público, ela foi manipulada pelos governos e líderes do Terceiro Mundo em função de seus próprios objetivos. Na prática, isto significou que muitos

porta-vozes do Terceiro Mundo acharam mais fácil culpar o sistema internacional, em geral, e os países industrializados em particular, por todos os seus males, e eximir-se a si próprios de qualquer responsabilidade pela situação de seus países. Mais do que nunca, a dependência externa é invocada como uma desculpa, se não como verdadeira justificação, das ditaduras militares, da corrupção, da concentração de riqueza nas mãos de minorias privilegiadas, da fome e da pobreza das massas rurais e urbanas, da falta de determinação política para realizar mudanças reais e profundas. Neste processo, a responsabilidade local e nacional pela implementação de estratégias de desenvolvimento parece retirar-se para os bastidores. É intrigante ver como uma nova ordem econômica internacional, na qual, realmente, se transferisse maior poder econômico ao Terceiro Mundo, serve, na verdade, para fortalecer o papel das burguesias e do Estado nestes países, em detrimento das massas populares, na ausência de uma verdadeira revolução social.

Muitos cientistas sociais também caíram nesta armadilha conceitual, pelo menos, em algumas partes do mundo. Na medida em que muitas das mazelas do subdesenvolvimento podem ser atribuídas ao sistema internacional, os cientistas sociais da chamada escola da dependência negligenciaram a análise dos fatores locais e nacionais do subdesenvolvimento, pouco se preocupando com o problema das estratégias nacionais de desenvolvimento.

Desenvolvimento alternativo

Nos últimos anos, a crítica permanente da teoria do desenvolvimento conduziu a uma outra abordagem. Com o reconhecimento de que imitar os países desenvolvidos não é possível nem desejável, passou-se a buscar, de maneira persistente, estratégias alternativas de desenvolvimento, por parte de alguns governos do Terceiro Mundo, de movimentos sociais de diversos tipos, de pequenos grupos de pesquisadores e planejadores, bem como de pessoas de diversas organizações internacionais. Esta busca tem levado, basicamente, à rejeição dos modelos desenvolvimentistas impostos do exterior à necessidade de reduzir a síndrome da dependência.[1] A abordagem contém vários elementos que nem sempre aparecem em conjunto.

---

[1] Ver, por exemplo, Marc Nerfin, 1977 e o trabalho da Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento. Ver, também, as contribuições do periódico *Alternatives. A Journal of World Policy*, sob a editoria de Rajni Kothari.

Primeiramente, ela implica numa estratégia voltada para as necessidades básicas, ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo. Isto significa que um país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais, necessários à elevação dos padrões de vida dos mais pobres, antes de imitar os padrões de consumo e produção das nações industrializadas. Recentemente, tem havido muito debate em torno do conceito de necessidades básicas, popularizado de início pela Organização Mundial do Trabalho, e rejeitado em alguns setores do Terceiro Mundo, com o argumento de que ele teria sido elaborado com o propósito de manter a pobreza dos países pobres, aumentando a concentração do progresso e crescimento tecnológicos nos países ricos. Pessoalmente, não penso assim, e acho que se trata de um conceito útil na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, exigindo, todavia, muito mais elaboração. Por exemplo, como e por quem serão definidas as necessidades básicas?

Em segundo lugar, a abordagem do desenvolvimento alternativo procura uma visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações. O desenvolvimento deve primeiro responder às necessidades do país, coletiva e socialmente definido, mais do que ao sistema internacional. A abordagem rejeita a teoria das vantagens internacionais comparativas e a divisão internacional do trabalho. Temos, novamente, um ponto muito controvertido, havendo numerosos argumentos tanto contra como a favor. O que é o endógeno, senão apenas um desejo fervoroso? Neste sentido, a busca de estratégias de desenvolvimento alternativas é controvertida por sua natureza.

Em terceiro lugar, a abordagem procura usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las *a priori* como obstáculos ao desenvolvimento, como era o caso das primeiras décadas da reflexão sobre o desenvolvimento. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Em seguida, ela se propõe a respeitar, e não destruir, o meio-ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico. Isto tem importância especial numa época em que os países industrializados, através de empresas multinacionais, transferem para o Terceiro Mundo suas indústrias mais poluentes. Aqui, questionamos, também, o critério ecológico de tantos projetos monumentais de desenvolvi-

mento, para os quais tem sido relativamente fácil obter financiamento internacional, e que muitos países do Terceiro Mundo aceitam prazeirosamente, mais por razões políticas e de prestígio do que por reais motivos econômicos e sociais.

Além disso a abordagem do desenvolvimento alternativo estaria baseada, sempre que possível, no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos ou humanos; ou seja, ela se orienta para a auto-sustentação, nos níveis local, nacional e regional. A auto-sustentação não significa autarquia, a qual não é sequer possível ou desejável, no mundo interdependente de nossos dias; ela significa, no entanto, que o Terceiro Mundo deve contar, basicamente, com suas próprias forças e recursos, mais do que esperar soluções para seus problemas a partir do mundo industrializado. Não se trata de rejeitar a cooperação e a solidariedade internacionais, mas de insistir que elas devem ocorrer nos termos do Terceiro Mundo. Esse desenvolvimento ecologicamente adequado e auto-sustentado é, às vezes, chamado de eco-desenvolvimento, termo que deverá marcar um novo ramo no pensamento e na prática do desenvolvimento (Sachs, 1980, 1981).

Finalmente, esta abordagem, nova e alternativa, pretende ser mais participante do que tecnocrática. Orienta-se para o povo. Este, quer seja de camponeses ou operários, aldeões ou favelados, deve participar em todos os níveis do processo de desenvolvimento: da formulação de necessidades às etapas de planejamento, execução e avaliação. O desenvolvimento deve ser deslocado dos escritórios dos burocratas para o seu verdadeiro lugar: as bases. Isto coloca, naturalmente, o problema do poder político, que é, talvez, a questão fundamental do desenvolvimento hoje.

Esta apresentação não se propõe a realizar uma análise mais profunda das implicações, possibilidades e limitações da abordagem do desenvolvimento alternativo. Desejo mostrar apenas que ela surge no pensamento corrente como resultado de uma mudança de ênfase, do questionamento permanente dos paradigmas anteriormente aceitos e não criticados. Esta abordagem surge no campo de debate com outras abordagens, não porque já se tenha provado empiricamente mais viável, mas porque se refere a questões e conceitos até aqui ignorados pelas demais abordagens, apesar de constituírem a preocupação básica de milhões de pessoas no mundo inteiro.

Estes são apenas alguns dos problemas envolvidos na busca de alternativas. Na verdade, as alternativas de desenvolvimento não

são somente um problema do Terceiro Mundo, mas também dos países industrializados, em alguns dos quais tornou-se uma importante questão política.

Camponeses e unidades domésticas

Até aqui, refiro-me a algumas abordagens globais ou macro abordagens ao problema do desenvolvimento. Quero agora voltar-me para algumas questões mais específicas com as quais, freqüentemente, se defrontam os teóricos e planejadores do desenvolvimento, e que podem, mais uma vez, ilustrar de que forma certos fenômenos sociais são considerados ou ignorados, mais em função de orientações teóricas vigentes, do que por, realmente, existirem ou não. Refiro-me à importante questão do desenvolvimento agrícola. A principal ênfase do pensamento desenvolvimentista, nas últimas três décadas, foi dada às condições e fatores do crescimento industrial. O desenvolvimento agrícola tem, por assim dizer, feito a parte do segundo violino, no canto-de-sereia das promessas de industrialização. Obviamente, em muitos países, esta abordagem tem levado a um declínio no produto agrícola e a uma série de problemas no suprimento de alimentos e outros produtos de agricultura.

O modelo agrícola que tem sido oferecido aos países do Terceiro Mundo é o dos países industrializados. A agricultura deve ser modernizada e isto significa passar da subsistência a produtos comerciais, geralmente, para exportação. Quer se tratasse de algodão ou café, bananas ou amendoim, juta ou cana de açúcar, desde que fosse elevada a demanda internacional por tais produtos, os países do Terceiro Mundo seguiam, cegamente, o velho padrão colonial. Mecanizaram-se fazendas, aplicaram-se generosamente *inputs* industriais (fertilizantes, pesticidas), foram fornecidos serviços técnicos e de extensão, organizaram-se unidades de grande escala economicamente viáveis, incentivou-se o empresariado, apoiou-se o agricultor dinâmico e eficiente (segundo o modelo ocidental) com ajuda, treino e recompensa. Foram introduzidas novas sementes e variedades agradáveis ao gosto do consumidor ocidental. O problema do aumento da produtividade dos agricultores tornou-se tema de preocupação internacional. A Revolução Verde, introdução de variedades de cereais altamente produtivas, foi alçada como resposta aos problemas agrícolas do Terceiro Mundo.

No entanto, apesar de tudo isto, as maiores autoridades afirmam que, nos últimos dez anos, o mundo tem estado à beira de um desastre agrícola. Centenas de milhares de pessoas morrem de fome todo ano, ou encontram-se num estado de permanente desnutrição, e a maioria delas são agricultores. Os estoques mundiais de alimento existentes correspondem a um máximo de 60 dias. Países que costumavam ser auto-suficientes na produção de alimentos tornaram-se grandes importadores na África, Ásia e América Latina. Segundo a FAO, a produção de alimentos per capita na África, na última década, diminuiu dez por cento, enquanto as importações de alimentos duplicaram e seu valor multiplicou-se por cinco. A situação da América Latina é semelhante.

Por quê e como tudo isto chegou a acontecer? Simplesmente — embora nada seja simples — porque, durante tantos anos, a teoria do desenvolvimento agrícola, baseada na experiência dos países industrializados de clima temperado, praticamente ignorou a existência de camponeses, da economia camponesa e de suas estruturas sociais. No entanto, na maioria dos países subdesenvolvidos, o campesinato ainda constitui a maior parte da população e, certamente, a mais ampla das categorias sociais, sendo ainda a agricultura a principal ocupação. Apesar deste fato irrefutável, a teoria do desenvolvimento agrícola, de modo bastante leviano, desprezou o campesinato como desinteressante, os agricultores tradicionais como marginais, e concentrou sua atenção no setor moderno. Esta teorização serviu de base para a orientação de organizações internacionais, bancos mundiais, agências de ajuda bilateral e governos nacionais. O resultado destas teorias e das políticas que as acompanham, está, finalmente, diante de nós. Vários projetos de desenvolvimento agrícola, de custos elevadíssimos, fracassaram. A pobreza rural no mundo está crescendo, as desigualdades de renda e de padrões de vida tornaram-se maiores.

As crises de alimento da década de 70 conduziram a uma dramática redescoberta do campesinato. Ao contrário dos prognósticos de tantas teorias do desenvolvimento, o campesinato mundial, não apenas não desapareceu, como também parece disposto a uma longa sobrevivência, muito embora nas mais desfavoráveis condições.

Assim é que, agora, todos estão procurando ativamente encontrar estratégias de desenvolvimento rural e agrícola orientadas ao camponês. Por toda parte, os especialistas e planejadores estão preocupados com o problema de como produzir mais alimento, como

aumentar a produtividade da economia camponesa, como utilizar mais trabalho nos empreendimentos agrícolas, de modo a elevar os padrões de vida rurais e atingir a auto-suficiência alimentar. Até agora, nem os incentivos monetários, nem o planejamento estatal centralizado, conseguiram realizar a façanha. Por trás desta impotência, é comum encontrarmos uma completa ignorância da maioria dos planejadores e especialistas sobre a natureza da economia, da cultura e da sociedade camponesa. E isto conduz de volta ao fato de que, durante tantas décadas, a maioria dos nossos manuais de desenvolvimento, simplesmente, ignorou o tema.

Seria legítimo perguntar, até agora, por que a questão foi realmente ignorada pelos teóricos do desenvolvimento. Uma resposta inocente diria que o Terceiro Mundo importou a teoria do desenvolvimento tal qual ela foi formulada nos países desenvolvidos e, na medida em que, nestes últimos, o campesinato há muito havia desaparecido, ele também não deveria ser considerado relevante para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Uma resposta menos inocente diria que, na medida em que o desenvolvimento do capitalismo e do socialismo industrial pressupõe o desaparecimento do campesinato, a teoria do desenvolvimento não estava, de fato, absolutamente interessada nos camponeses e preferiu, deliberadamente, ignorá-los.

O papel da economia camponesa no desenvolvimento econômico e social tornou-se agora o principal tema de pesquisa nas ciências sociais. A antropologia, a sociologia, a economia agrícola, a história econômica e outras disciplinas preocupam-se com ela. Até a ciência política passou a interessar-se por movimentos políticos camponeses e pela dinâmica do poder nas sociedades rurais. Podemos vincular o ressurgimento do interesse científico pelo campesinato à busca de alternativas de desenvolvimento a que me referi acima.

Um exemplo mais recente do uso de um conceito para ajudar a explicar importantes fenômenos sociais, mas que a teoria anterior não tinha incorporado, é a economia de unidades domésticas. De fato, a teoria clássica do desenvolvimento não está preocupada com elas. Trata de trabalho, capital, tecnologia; de empreendimentos, firmas, plantas, fazendas; de salários, lucros, poupanças, investimentos e produtividade, mas as unidades domésticas não aparecem. No entanto, a verdade é que estas são a base fundamental do sistema econômico e social. Além de sua função social e cultural (criação de filhos, educação, segurança, solidariedade, etc.), é nelas

que se determinam os padrões de consumo e, principalmente, é nelas que se reproduz a força de trabalho. A economia doméstica é um fator crucial na compreensão da dinâmica entre as migrações temporárias e a agricultura de subsistência na África, por exemplo. As unidades domésticas constituem a base dos chamados setores informais ou marginais da economia urbana; e as famílias extensas ou conjuntas fornecem a estrutura básica da economia rural em muitas regiões do Terceiro Mundo, mas não apenas aí: a economia "submersa" da Itália, ou as economias clandestinas paralelas dos países socialistas, como a Polônia, lançam mão de estratégias domésticas para a sobrevivência. A descoberta da unidade doméstica como uma parte importante da economia está ligada à reavaliação do papel das mulheres na dinâmica social e econômica e isto, por sua vez, decorre, diretamente, das reivindicações ideológicas e políticas dos movimentos feministas nos últimos anos. Uma ciência social machista era incapaz de perceber a significância da economia doméstica, contaminando, assim, as teorias sobre o desenvolvimento.

Diretamente ligado à "mulher invisível" no desenvolvimento econômico, está o igualmente ignorado papel das crianças. A teoria ocidental do desenvolvimento refere-se ao trabalho infantil, quando muito, como algo tirado de Charles Dickens, mas sem qualquer relevância especial nos tempos modernos. No entanto, os observadores de todo o Terceiro Mundo são unânimes sobre o papel crucial que as crianças desempenham, não apenas na sobrevivência das unidades domésticas em áreas rurais e urbanas, mas também no processo de acumulação de capital. Na medida em que, na maioria dos países, o trabalho infantil é ilegal e existe uma legislação internacional protetora, os teóricos e planejadores do desenvolvimento dispensaram pouca atenção a este problema. Apesar disso, as unidades domésticas, as mulheres e as crianças (e não apenas uma força de trabalho — em sua maioria masculina — estatisticamente empregada) tornam-se agora reconhecidas como um elemento essencial na compreensão da dinâmica do desenvolvimento.

A renovada preocupação com os camponeses e as unidades domésticas no desenvolvimento leva-nos, necessariamente, a unir os dois conceitos. De fato, podemos falar de unidades domésticas camponesas como uma categoria analítica e como objeto do planejamento econômico e social. No entanto, pesquisas comparativas rigorosas sobre a economia doméstica, quer seja camponesa ou urbana, estão apenas começando, e podem demorar bastante a ser

incorporadas, de maneira geral, aos objetivos dos planejadores nacionais.

A questão étnica

Um destino idêntico ao dos camponeses e unidades domésticas, no pensamento desenvolvimentista, teve o que considero a maior questão social no mundo contemporâneo, ou seja, o fenômeno, ou melhor, o conjunto complexo de fenômenos interrelacionados, designado ETNICIDADE, ou QUESTÃO ÉTNICA.

É certo que a preocupação com os problemas dos grupos étnicos, principalmente com grupos minoritários, não é nova. Com freqüência, os políticos têm que lidar com eles. Duas guerras mundiais foram desencadeadas devido a tais questões. Elas têm provocado guerras civis. Milhões de pessoas no mundo foram mortas por causa do modo pelo qual outras pessoas as consideravam em termos étnicos. No entanto, com exceção de ramos especializados das ciências sociais (como o estudo das relações raciais nos Estados Unidos ou no Reino Unido), ou da antropologia cultural (que se preocupa com o estudo de culturas ou povos específicos), a teoria econômica, social e política (e, especialmene, a teoria do desenvolvimento) praticamente ignorou a questão étnica e ainda não foi capaz de integrá-la coerentemente em seus quadros analíticos.

Sugiro que esse ignorar da questão étnica pelo pensamento desenvolvimentista representa, não uma omissão, mas um ponto-cego paradigmático, pois, certamente, é impossível afirmar que os fenômenos étnicos sejam insignificantes e não mereçam atenção. Para voltar apenas até à segunda guerra mundial, o mundo presenciou inúmeros conflitos, freqüentemente sangrentos, nos quais a questão étnica era central. Todo a história contemporânea do subcontinente indiano (Índia, Paquistão, Bangladesh) não pode ser compreendida sem ela. A guerra de Biafra, na Nigéria, teve um grande componente étnico. O conflito entre as tribos Hutu e Tutsi, em Ruanda e no Burundi, é um caso que chama atenção. A explosiva rebelião dos curdos no Irã, bem como no Iraque e na Turquia, continua a ser uma questão conflitiva na Ásia Ocidental. A tragédia do Líbano não se relaciona apenas ao conflito árabe-judeu e à geopolítica das superpotências na região e, dificilmente, pode ser entendida sem referência à disputa entre facções religiosas, políticas e étnicas. Na Argélia muçulmana, os bérberes exigem res-

peito à sua identidade cultural. Na Europa, a Iugoslávia, sendo um dos poucos Estados federais, realmente, multinacionais do mundo, teve, recentemente, que enfrentar uma revolta dos albaneses, na região de Kossovo. É provável que o futuro da democracia espanhola esteja ligado, em parte, à solução da questão da autonomia regional dos bascos e catalães. A Bélgica não conseguiu resolver o problema de suas duas comunidades lingüísticas. Católicos e protestantes enfrentam-se em Ulster. O Quebec francófono ameaça o Canadá de secessão. Uma grande preocupação da Índia, atualmente, onde é comum o conflito lingüístico e religioso, é o movimento Akali da minoria religiosa sikh. E há, naturalmente, o *apartheid* na África do Sul, o racismo nos Estados Unidos, a questão palestina, o destino dos aborígenes australianos, as populações indígenas na América Latina, e assim por diante. A lista é interminável.

Assim, os problemas e conflitos étnicos estão à vista de todos. No entanto, nossa teoria social e do desenvolvimento parece, muitas vezes, não percebê-los. Em minha opinião, uma possível razão para isto é que os paradigmas da moderna teoria social não incluíram o fator étnico como relevante para as perguntas feitas à realidade. Vejamos alguns exemplos. A teoria econômica lida com a oferta e a demanda, com o mercado, com os fatores de produção, e assim por diante, em seu estado "puro", isto é, não contaminados pelos fatores sociais e culturais, chamados de não-econômicos. A economia do desenvolvimento é, na verdade, mais "institucional" ou estrutural em sua abordagem; no entanto, a unidade de análise costuma ser o indivíduo, a firma, ou talvez o Estado. Não é o grupo social, nem a comunidade, exceto na medida em que se afirma que os valores culturais influenciam o comportamento econômico dos indivíduos, por exemplo, no que se refere aos hábitos de consumo, ao comportamento empresarial, ao envolvimento trabalhista. Mas aí, o economista tende a considerá-los como variáveis exógenas.

Os antropólogos, por exemplo, já descreveram inúmeros casos de economia de prestígio nas sociedades camponesas, e não apenas aí, observando gastos com festas e cerimônias, com fins de prestígio. Porém, muitos economistas tendem a desprezar estes fatos como simples comportamento econômico não racional. Basta lembrar a avaliação dos economistas ocidentais sobre o culto hindu da vaca, que os antropólogos explicaram adequadamente dentro do contexto da estrutura social e da ecologia rural da Índia.

Encontramos na história econômica inúmeras referências aos fatores culturais, religiosos e étnicos. Tawney e Weber, por exemplo,

cada um a seu modo, relacionaram o surgimento do capitalismo a fatores religiosos (principalmente, a ética protestante),[2] e Weber sugeriu que os valores religiosos hindus seriam incompatíveis com o desenvolvimento capitalista (Weber, 1958). Alguns autores contemporâneos, seguindo a tradição weberiana, reconhecem que fatores similares operam, também, em outros casos, como, por exemplo, o papel da religião na modernização do Japão Tokugawa (Bellah, 1957). Sombart (1951) relacionou os judeus ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, e outros autores (seguindo tanto Marx quanto Weber), referiram-se aos judeus como uma "classe étnica" (Leon, 1968). Os sikhs e os parsis tiveram um papel econômico especial na Índia. Na África Oriental, os asiáticos são considerados como tendo papéis econômicos específicos, o mesmo ocorrendo com os chineses no sudeste da Ásia. Costuma-se ressaltar o papel dos comerciantes do Levante em alguns países africanos ao sul do Saara. Apesar de tantas referências aos fatores étnicos e religiosos no desenvolvimento econômico, a maior parte da teoria econômica (e, principalmente, a teoria do desenvolvimento) não está apta a integrar estes fatores como relevantes para os seus objetivos.[3]

Encontramos uma situação semelhante em relação à ciência política. A teoria política liberal baseia-se, essencialmente, na relação entre o indivíduo e a política; e aqui o indivíduo é destituído de seus vários atributos sociais e étnicos: liberdade, igualdade, fraternidade; um homem, um voto. Estas são as senhas dos modernos sistemas políticos liberais democráticos. Na verdade, estas palavras de ordem representam uma grande conquista na história da humanidade, são o resultado de infindáveis lutas, conflitos e sacrifícios de muitas gerações. Elas levaram à abolição, não apenas da escravidão e da servidão, mas, também, das limitações políticas impostas a diferentes categorias sociais pelo nascimento, raça, sexo, língua, religião, propriedade e educação. Levaram à progressiva extensão dos direitos de cidadania à sociedade inteira e à eliminação dos estamentos na Europa pós-feudal e outras organizações hierárquicas em muitos outros países. É verdade que ainda não conseguimos

---

2 Para um bom resumo das controvérsias em torno das teses de Weber e suas possíveis aplicações a contextos extra-europeus, ver S. N. Eisenstadt, 1968.

3 Isto foi reconhecido por alguns economistas contemporâneos, como Fred Hirsch (1976), que escreve: "A análise econômica moderna insistiu em manter a religião fora da esfera econômica, obscurecendo, assim, o seu papel no sistema econômico" (:138).

alcançar o direito pleno de cidadania para todos, mesmo em alguns países industrializados; as mulheres, por exemplo, não podem votar em certos cantões suíços, e a Emenda Constitucional de Igualdade de Direitos (ERA) para as mulheres ainda espera para ser incorporada à Constituição dos Estados Unidos. Muitas formas sutis, ou nem tão sutis, de discriminação sexual, racial e religiosa ainda persistem no campo político de inúmeras democracias liberais.

A luta por direitos iguais e a sua conquista, contra formas anteriores de exclusão e discriminação de diferentes tipos de grupos sociais, teve, de certa forma, o efeito de impedir que a teoria política considerasse estes grupos sociais enquanto grupos, colocando, ao contrário, o cidadão individual no centro do palco. Sem dúvida, isto teve impacto na dinâmica real de tais grupos, como é o caso da América Latina. Sob a influência do Iluminismo e das revoluções francesa e americana, a maioria dos países latino-americanos concedeu igualdade de direitos a suas populações ameríndias, após a independência política da Espanha. Na maioria dos casos, isto gerou um aumento da exploração e opressão dos índios, não mais protegidos pelos estatutos legais tutelares anteriores. É certo que este não é um argumento contra a concessão de direitos iguais aos grupos oprimidos, mas aponta apenas para as ambigüidades dos direitos individuais, em contraposição aos direitos grupais.

Na verdade, a ciência política contemporânea não ignora os grupos. Ao contrário, ela desenvolveu importantes teorias a respeito dos partidos políticos, da articulação de interesses, dos comportamentos de coalizão, e assim por diante. Mas, estas teorias estão mais relacionadas a agregados funcionais, tais como grupos ocupacionais, consumidores ou partidos com base em classes, do que a comunidades étnicas, raciais ou religiosas. Em alguns países, os partidos políticos baseados em critérios raciais ou religiosos não são legalmente reconhecidos.

Várias teorias de desenvolvimento social e político enfatizam, especificamente, a evolução dos agrupamentos e lealdades baseados na consangüinidade, afinidade, religião, etc., para grupos instrumentais, orientados de modo mais funcional; de afiliação atribuída para afiliação adquirida. Tonnies, Maine, Durkheim, Weber, Parsons e seus seguidores, produziram importantes trabalhos nesta linha.

Neste ponto de vista funcional-estrutural do desenvolvimento, há pouco lugar para os grupos étnicos. Eles são descartados como emissários do passado, como obstáculos à modernização. Aqui, mais

uma vez, o pertencimento étnico é considerado não racional, tradicional e até conservador.

A economia política marxista representa um rompimento com a filosofia política liberal. Aqui, não é o indivíduo que conta, mas o grupo. A classe social torna-se o principal ator político, a força histórica. A burguesia e o proletariado enfrentam suas contradições históricas na cena mundial. Na medida em que o mundo moderno é dominado pelo modo capitalista de produção, no qual burguesia e proletariado são as classes principais, também a história moderna está permeada pela relação entre estas duas classes. O indivíduo não passa de um representante de sua classe, ou é definido em termos de sua relação com o conflito de classe fundamental de nosso tempo. Assim, por exemplo, o intelectual, o pequeno-burguês, o camponês, dificilmente podem ser considerados como atores políticos independentes, devendo ser vistos em sua relação com as outras classes principais.

Na análise marxista, o Estado e os partidos políticos (bem como instituições corporativas aparentemente independentes, como o exército ou a igreja) não passam de instrumentos de certas classes, ou refletem relações de poder entre as classes. O estado-nação moderno é a cristalização da hegemonia da burguesia. As nações, em geral, representam a consolidação do poder de uma única classe dominante sobre um dado espaço geográfico, econômico e social.

Tem havido uma longa discussão entre os marxistas a respeito da nação, da questão nacional e do nacionalismo, uma discussão que demonstra a dificuldade de integrar estes conceitos numa análise marxista de classe dos modos de produção. Tal discussão tem sido, não apenas teórica, mas, principalmente, política. Ela teve início na época de Marx e Engels, em torno da questão irlandesa; prolongou-se com os revolucionários germânicos, austríacos e russos (referindo-se, entre outros temas, à questão polonesa), e continua até hoje. Devemos lembrar, por exemplo, que o Partido Comunista francês não apoiou, em princípio, a luta nacional de libertação argelina. Nos Estados Unidos, o Partido Comunista americano propôs, na década de 30, uma estratégia nacional de libertação dos negros americanos, que depois foi negada. Os judeus marxistas eram anti-sionistas no século XIX, embora o sionismo posterior incluísse uma ala militante marxista.

Nacionalismo e o estado-nação

Nação, estado-nação, nacionalismo. Tais conceitos são de extrema importância no mundo moderno. Vivemos num mundo de nações, no qual o nacionalismo como ideologia e movimento político tornou-se uma grande força motriz, desde as revoluções francesa e americana. Os Estados Unidos são tidos como a primeira nova nação (Lipset, 1963). A América Latina seguiu-lhe o exemplo, no século XIX. A revolução francesa consagrou a nação como base soberana de todo poder político. A Itália e a Alemanha realizaram a unificação nacional durante o século passado. Em nossos dias, os movimentos nacionais de libertação anticolonial resultaram no estabelecimento de dezenas de novas nações na África, no Caribe e na Ásia. O principal conceito político surgido a partir da Primeira Guerra Mundial foi o de autodeterminação das nações. No entanto, como ocorre tão freqüentemente com os conceitos essenciais, a definição de "nação" é evasiva. Deve haver dezenas de definições, todas refletindo as preferências teóricas, políticas ou ideológicas de seus autores.

A maioria dos estudiosos enfatiza a comunhão de língua e cultura. Alguns acrescentam o território e a vida econômica. Muitos autores consideram uma história comum e a chamada "memória coletiva" como componentes essenciais de uma nação. Outros ainda enfatizam o caráter nacional, havendo também os que falam de uma vontade comum de viver junto e formar um governo. Os românticos idealistas alemães do século XIX falavam de um espírito nacional, ou *Volksgeist*, há muito reprimido, e que encontraria expressão na constituição do Estado moderno. O filósofo francês Renan considerava que a nação existe em função de um plebiscito permanente e diário. Jawaharlal Nehru, na independência da Índia, falava deste evento como a hora em que "a alma da nação, há muito sufocada, encontra expressão".

Outros estudiosos são mais materialistas. Sustentam que as nações não existem antes dos estados, e que é o Estado, enquanto instituição política e legal, enquanto aparato ideológico, que cria, realmente, a nação, ali onde antes só existiam grupos étnicos. Este pode ser o caso da França onde, através dos séculos, os reinos franceses estenderam seu poder a partir do centro, criando, neste processo, uma nação onde nenhuma existira antes. É, com certeza, o caso da América Latina após a independência de Espanha, e da

África, onde, se é correto falar de nações, elas surgem no movimento de formação dos estados, e não como uma pré-condição destes.

Esta distinção é importante porque questiona, com base em evidências empíricas, a suposição comumente aceita de que nação e Estado são idênticos, ou deveriam ser. De fato, existem estados-nações (tais como o Japão), mas também existem estados plurinacionais (como a União Soviética e a Iugoslávia). E existem nações sem Estado (como os palestinos; mas alguns lhes negariam o conceito de "nação"), bem como nações divididas entre vários estados (como os alemães e coreanos). Talvez devamos acrescentar os bascos e os curdos. No entanto, a maior parte de nosso pensar atual baseia-se no conceito de estado-nação.

Vivemos numa era de estados-nações; eles são os alicerces do sistema internacional. Como indivíduos, podemos ser muitas coisas, mas aprendemos desde cedo em nossas vidas que, primeiro e antes de tudo, somos nacionais deste ou daquele país. É um insulto comum acusar alguém de não ter um país. O desenvolvimento, voltando ao nosso ponto de partida, é hoje considerado como uma tarefa de construção nacional. Na verdade, a construção nacional é um conceito-chave da ciência política contemporânea, principalmente, quando se refere ao desenvolvimento político. Ele inclui alguns elementos essenciais (tais como mobilização social, articulação de interesses, e outros), mas, para o nosso objetivo, é mais relevante a "integração nacional", que alguns autores consideram de maior importância e urgência, que o desenvolvimento econômico. Assim, Rajni Kothari, escrevendo sobre a Índia, afirma a preeminência da "política de integração, onde o problema do desenvolvimento é tomado como objetivo necessário e urgente, mas não suficiente para a nacionalização efetiva, e precisa estar sempre atenta às possíveis conseqüências desintegradoras que uma rápida mudança pode provocar no sistema político de qualquer sociedade antiga e altamente diversificada".

A maioria das definições de "nação" inclui a idéia de uma língua e cultura comuns. Em muitos casos, o conceito de nação está calcado na idéia de uma homogoneidade étnica de sua população. De qualquer forma, a maioria ou o grupo étnico dominante identifica-se com a nação, ou, ao contrário, identifica a nação consigo mesmo.

Nas sociedades etnicamente heterogêneas (que são, de fato, a maioria no mundo), às vezes, isto leva à dominância de um grupo étnico sobre outro ou outros. Tal sistema tem sido chamado de "etnocracia" (Veiter, 1977).

Quando o grupo étnico dominante é, também, a maioria numérica, as relações entre os grupos étnicos definem-se em termos de "problemas de minorias". Assim, nos Estados Unidos, existe uma maioria branca, anglo-saxônica e protestante, que fornece o modelo ideológico e cultural dominante, e todos os outros são grupos minoritários (quer sejam imigrantes, descendentes de antigos escravos ou dos aborígenes vencidos). A maioria branca vive preocupada porque as maiorias (negros, latinos, hispânicos e orientais) podem, realmente, tornar-se uma maioria demográfica no futuro. Na Índia, os hindus constituem uma grande maioria, mas mesmo neste país, alguns hindus parecem apresentar o que um autor chama de "mentalidade de cerco", porque temem tornar-se uma minoria em sua própria terra (Mukerji, 1982).

Em algumas etnocracias, o grupo étnico dominante é uma minoria numérica. Quando isto ocorre na situação colonial clássica, temos o caso nítido de luta de libertação nacional. Mas nem sempre é assim, como demonstra o trágico exemplo contemporâneo da etnocracia da África do Sul. Em algumas sociedades latino-americanas (notavelmente a Bolívia e a Guatemala), o grupo étnico dominante minoritário são os mestiços ou descendentes dos espanhóis, e a maioria são os índios nativos. Os primeiros identificam a nação consigo mesmos, enquanto os últimos questionam cada vez mais o modelo vigente de Estado nacional etnocrático.

O conceito de nação tende a rejeitar a idéia de pluralismo étnico. Os conflitos nacionais dilaceraram o império austro-húngaro e conduziram à balcanização do sudeste europeu. O temor da balcanização persegue os nacionalistas por todo o mundo. A União Soviética, no entanto, e depois a Iugoslávia, reconheceram a existência de várias nacionalidades dentro de suas fronteiras nacionais, uma distinção (entre nacionalidades e nações) que é comum no mundo socialista, mas não no ocidente. Contudo, a integração nacional, no sentido de homogeneização cultural e étnica da população, tem sido, geralmente, a força motriz da construção nacional. Exemplos nítidos disto na Europa são a França e a Espanha. Nos Estados Unidos, um país de imigrantes, a integração nacional tomou a forma da assimilação, o famoso conceito de *melting-pot* da construção nacional, hoje, cada vez mais questionado. Na América Latina, há muitas décadas, a assimilação ou incorporação das culturas indígenas também tem sido o objetivo declarado de políticas governamentais, como parte do processo de construção nacional.

O nacionalismo, considerado neste contexto como o movimento em direção à integração nacional, com base na homogeneidade étnica de uma população, freqüentemente, tem levado ao racismo como ideologia nacional. Um exemplo da história recente, com conseqüências desastrosas para a Europa e o mundo, foi a Alemanha nazista. Porém, infelizmente, outros países e outros nacionalismos não são imunes ao racismo, embora devamos estar atentos para não confundir estes dois "ismos" (Smith, 1979).

Vivemos numa era de estados-nações. Existem cerca de 150 países independentes, membros da Organização das Nações Unidas. Alguns outros surgirão nos próximos anos (Namíbia, talvez Palestina, e outros), mas há, certamente, um limite para o número de estados-nações no sistema internacional. Existem, porém, muito mais grupos étnicos ou "etnias" do que estados-nações. De fato, deve haver cerca de três a seis mil, dependendo dos critérios usados para defini-los.

As ideologias nacionalistas que sustentam a constituição dos estados-nações, e que são a força motriz do processo de construção nacional, representam uma força unificadora e mobilizadora. O nacionalismo fornece objetivo e vontade política, ajuda a organizar a economia e a administração, canaliza as lealdades dos indivíduos para os propósitos do Estado, legitima a dominação das classes nacionais dirigentes, que em nossos dias, são, muitas vezes, a burguesia. Mas também, em muitos países recém-independentes, a ideologia nacionalista é um poderoso instrumento nas mãos de coalizões revolucionárias, ou novos grupos de poder que não representam, necessariamente, os interesses de uma única classe governante. "Interesse nacional", "unidade nacional", "segurança nacional", são poderosos conceitos utilizados por grupos dirigentes ou governos como palavras de ordem para mobilizar apoio a suas políticas, ou para repelir agressões reais ou imaginárias do exterior — ou para suprimir dissidências! Mas, a ideologia nacionalista é também usada para justificar a hegemonia de um grupo étnico dominante, que pode ou não ser a maioria numérica. Outros grupos étnicos distintos são, freqüentemente, considerados um perigo à unidade nacional.

Há poucos países no mundo que aceitam o pluralismo étnico como parte de sua ideologia nacionalista; na Europa ocidental, a Suiça, a Bélgica e, agora, a Espanha. A Índia, este gigantesco mosaico de religiões e línguas, está tentando enfrentar o problema, não sem dificuldade (Madan, 1982; Gupta, 1975). Geralmente, contudo, os governos aplicam diferentes tipos de políticas em nome

da ideologia nacionalista, tendendo, na prática, a eliminar, marginalizar, ou ainda, assimilar os grupos étnicos não dominantes.

É comum existir uma relação desigual e de exploração entre o grupo étnico dominante que identifica seus próprios interesses com os interesses nacionais, e os grupos étnicos minoritários ou não dominantes (que podem, às vezes, constituir maiorias numéricas). Este fato pode assumir a forma de desenvolvimento regional desigual (quando os grupos étnicos são geograficamente localizados), ou de acesso diferencial às posições de privilégio ou poder, ou diferentes formas de segregação e discriminação na vida social, econômica e política. De fato, os grupos étnicos costumam estar integrados num sistema de estratificação social. Às vezes, esta relação desigual assume a forma de um colonialismo interno, que não está restrito aos países do Terceiro Mundo, embora seja aí, talvez, onde ele aparece de forma mais aguda (Stavenhagen, 1975).

A eliminação física, ou genocídio de comunidades inteiras de minorias étnicas, em nome da ideologia nacionalista (como os armênios, os judeus europeus, ou os índios sul-americanos), é, certamente, uma situação excepcional, mas não é raro na história o genocídio por outros motivos, principalmente, com fins religiosos (Kuper, 1981).

O processo comum, no entanto, não é o genocídio, mas o etnocídio, o assassínio de grupos étnicos em nome da unidade nacional. O etnocídio pode ser definido como a política de destruição da identidade cultural de um grupo étnico, devendo, assim, ser distinguido dos processos naturais ou espontâneos de aculturação e mudança cultural. Podemos encontrar muitos exemplos de etnocídio pelo mundo. A França adotou esta política até bem recentemente, em relação à Bretanha, à Córsega e à Ocitânia. O governo espanhol, na ditadura de Franco, praticou o etnocídio contra os catalães. O mesmo fez a Inglaterra em relação aos irlandeses, galeses e escoceses. As políticas da maioria dos governos latino-americanos, em relação a suas próprias populações indígenas, chamadas de "indigenismo", e apoiadas nas melhores intenções e na terminologia desenvolvimentista, são etnocidas em seu conteúdo e nos resultados esperados. A arabização de minorias não árabes em alguns países do Oriente Médio e do norte da África produz resultados semelhantes.

Enquanto o genocídio é radicalmente condenado em todo o mundo e considerado um crime internacional (embora continue a ser praticado com impunidade de vez em quando), o etnocídio não tem qualquer status legal. É certo que existem importantes resoluções

internacionais proclamando os direitos culturais dos membros individuais dos grupos minoritários, e várias constituições nacionais no mundo proibem a discriminação de raça, religião, língua e origem nacional (Capotorti, 1979; Ermacora, 1978). Mas, há muito poucos países nos quais os grupos étnicos não dominantes tenham, enquanto grupos étnicos, direitos culturais legalmente estabelecidos. Eis aí uma área de atuação para as legislações nacionais e internacionais.

Assim, o nacionalismo, que pode ser uma força revolucionária, particularmente nas lutas de libertação nacional, pode também tornar-se uma força destrutiva dos múltiplos grupos étnicos e culturais existentes no mundo. É de se perguntar se o estado-nação, tal como evoluiu durante o século XIX, e tal como foi assumido enquanto instituição legal e política, juntamente com a ideologia nacionalista que o acompanha, por tantos países do Terceiro Mundo, já não perdeu sua utilidade. Naturalmente, esta pergunta tem sido também colocada, muitas vezes, sob outro ângulo, ou seja, o da integração regional supra-nacional e do federalismo mundial. Do ponto de vista do funcionamento do sistema internacional, o estado-nação, tal como é atualmente concebido, tem sido alvo de críticas freqüentes, juntamente com a ideologia nacionalista. Proponho que a mesma crítica válida da ideologia do estado-nação seja formulada do ponto de vista dos múltiplos grupos étnicos mundiais (Albertini, 1978).

Estas questões demonstram as dificuldades de integrar o nacionalismo à teoria do desenvolvimento, se quisermos ir além do conceito de estado-nação. De fato, as reivindicações étnicas de autodeterminação, que em muitos casos — mas não de um modo genérico — foram a base da formação das nações modernas, são comumente consideradas fechadas e terminadas com a constituição do estado-nação. Mas, como demonstra tão bem a história recente, este não é, absolutamente, o caso.

A questão nacional e a luta de classes

Após a consolidação do estado-nação moderno, a ênfase deslocou-se, talvez corretamente, para a questão social e econômica. A identificação de classes ganhou precedência sobre a questão nacional. A luta de classes ocupou o centro de atenção, pelo menos nas sociedades capitalistas avançadas. A luta pela democracia in-

dustrial, pela igualdade econômica, pelo bem-estar social e, em alguns casos, pela revolução socialista, concentrou a atenção dos cientistas sociais, ideólogos e militantes políticos. Alegou-se que as divisões de classe social atravessam as divisões étnicas e raciais, e que a política e a ideologia de classe social foram consideradas como a essência da sociedade moderna.

Também nos países em desenvolvimento, uma vez alcançada a independência, o desenvolvimento econômico e social foi relacionado (pelos analistas e planejadores) à dinâmica de grupos sócio-econômicos. Os investidores, as classes médias, os trabalhadores industriais, os camponeses e outros grupos, todos tiveram sua parcela de atenção. As múltiplas reivindicações das minorias nacionais ou grupos étnicos, cujos interesses não foram levados em conta na constituição dos novos estados, foram considerados irrelevantes em relação, não apenas às tarefas relativamente abstratas da construção nacional, como também em relação às tarefas concretas da luta de classes; por vezes, tais reivindicações foram tidas como causadoras de desunião.

Os amargos debates que surgiram entre os marxistas sobre esta questão são especialmente reveladores das dificuldades nela contidas. Já antes da primeira guerra mundial, as linhas de batalha estavam bem definidas. Alguns socialistas austríacos pediam o fim do que chamavam de opressão das minorias nacionais dentro do império austro-húngaro. Esta era, naturalmente, uma reivindicação política destas próprias minorias. Do outro lado, estavam aqueles que sustentavam que a revolução socialista só poderia ser conduzida por um proletariado unificado e por um único partido revolucionário, no interior do qual se dissolvessem as diferenças nacionais (isto é, étnicas e lingüísticas). Aqueles que pediam a constituição de setores "nacionais" dentro do partido social-democrata foram acusados de contra-revolucionários. Semelhante sorte tiveram os judeus russos marxistas, que desejavam implantar uma organização revolucionária própria. Constituía um axioma corrente contrastar o nacionalismo burguês ao internacionalismo proletário.[4]

Lenin e Stalin contribuíram para o debate, sendo o direito de autodeterminação nacional incorporado ao programa dos bolcheviques. Após a revolução, contudo, o assunto foi considerado resolvido. O modelo soviético de uma política de nacionalidades foi,

---

[4] Para uma boa introdução ao debate marxista, ver G. Haupt, M. Lowy e C. Weill, 1974.

mais tarde, adotado pela Iugoslávia e pela China e, em geral, todos os países do bloco socialista mencionam em suas legislações o respeito aos direitos culturais das minorias (l'Etat Soviétique Multinational, 1975; China's Minority Nationalities, 1977; Davis, 1978).

Entre os marxistas do ocidente e do Terceiro Mundo, o debate continuou sem solução. A primazia da luta de classes sobre todos os outros tipos de conflito e mobilização social é, geralmente, afirmada. As reivindicações nacionais, étnicas, religiosas, ou culturais dos grupos minoritários são ignoradas como irrelevantes, rejeitadas como reacionárias, ou denunciadas como contra-revolucionárias. O paradigma que postula a coincidência entre as principais linhas de divisão da sociedade moderna com as divisões de classe não é capaz de dar conta teoricamente de outras divisões, que podem ser tão importantes, ou mais, em termos políticos e sociais.

Como no caso da ignorância inicial sobre o papel revolucionário dos camponeses, isto conduziu, em alguns casos, a enormes e dispendiosos erros de julgamento. Na Guatemala, por exemplo, muitas das primeiras tentativas de luta armada por grupos revolucionários marxistas foram facilmente reprimidas pelas ditaduras militares, porque elas não tinham raízes entre a maioria camponesa indígena do país. Agora a situação já não é mais esta.

Na África, geralmente, a análise marxista nega a importância do pluralismo étnico nos novos estados e concentra sua atenção na formação das classes sociais, de um lado, e no estado-nação, de outro. Na África, bem como no Caribe, a teorização sobre o pluralismo étnico está sendo feita, mais por cientistas sociais "funcionalistas", do que por marxistas. De fato, o conceito de sociedade plural (originalmente desenvolvido por sociólogos holandeses no contexto colonial), ou de pluralismo como um componente essencial de muitas sociedades complexas e heterogêneas, está sendo trabalhado por uma escola de pensamento como uma alternativa à análise marxista (Kuper e Smith, 1971).

Os marxistas tendem a encarar os problemas inerentes ao pluralismo étnico em termos de uma sobrevivência pré-capitalista, que deve, necessariamente, desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo e a predominância da lógica monetária em toda sua nudez, como disse Marx. Ou ainda, o pluralismo étnico e, particularmente, as reivindicações políticas étnicas, são vistas como um tipo de armadilha planejada para desviar a atenção das tarefas essenciais da luta de classes. Em minha opinião, isto é, realmente, lamentável, porque a análise marxista é essencial à compreensão do desenvol-

vimento capitalista, e poderia dar uma grande contribuição ao estudo das relações entre classes, nação e grupos étnicos.

Etnodesenvolvimento

É impossível negar que os últimos anos trouxeram um ressurgimento da etnicidade como força mobilizadora em todo o mundo, tanto nos países subdesenvolvidos quanto nos desenvolvidos. Tornou-se uma questão extremamente complexa e politicamente explosiva. Está ligada às questões cruciais da guerra e da paz, da harmonia social e da luta civil, da estabilidade política e do conflito e, naturalmente, dos direitos humanos básicos.[5]

Quais são as bases da mobilização étnica em nossos dias? É possível distinguir as reivindicações étnicas de outros tipos de reivindicações no sistema político? De que forma a etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento? Alguns autores consideram que a identificação do indivíduo a seu grupo étnico é uma forma de ligação primária (e até irracional) de natureza universal (Isaacs, 1975). E alguns chegam mesmo a colocar que estes laços grupais primários constituem um obstáculo à construção nacional e ao desenvolvimento político, exigindo a sua superação e a transferência de lealdades do grupo étnico primário à sociedade civil mais ampla.[6] Outros pensam que estes vínculos primordiais não impedem a construção de uma sociedade mais ampla e que podem, perfeitamente, coexistir com as exigências de uma nação moderna. Vemos aqui as ressonâncias de um antigo debate sobre a dicotomia *Gemeinshaft* e *Gesellschaft*. Talvez possamos ir um pouco mais além, sugerindo que a identificação e as lealdades étnicas tornam-se, novamente, relevantes na sociedade moderna, onde o indivíduo está cada vez mais alienado, quer no ambiente de trabalho, quer na burocracia política. Naturalmente, isto seria mais aplicável às sociedades industriais do que ao Terceiro Mundo. Pode ajudar a explicar o ressurgimento da etnicidade, por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa ocidental. Em muitos casos, a comunidade étnica torna-se uma

---

[5] Estas questões podem ser vistas nas discussões da Subcomissão das Nações Unidas sobre a Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias.

[6] A literatura sobre modernização é vasta. Uma introdução clássica dentro do paradigma estrutural-funcionalista é a de David E. Apter, 1965.

organização funcional intermediária, (estruturada ou não) entre o indivíduo e a política, tal como ocorre, em outros níveis, com os sindicatos e instituições similares.

Para alguns autores, a ativação da etnicidade representa uma escolha racional de ação política, mais do que um retorno a sentimentos primordiais. (Gordon, 1975). Afirma-se que as reivindicações étnicas são utilizadas por certos grupos sociais para responder a interesses econômicos e políticos que, de outra forma, dificilmente seriam atendidos. Provavelmente, este é o caso das situações de maioria-minoria étnica claramente definidas, nas democracias liberais, onde as minorias culturais jamais serão capazes de romper a ordem da maioria. Nestes casos, a política étnica ou etnopolítica, como também tem sido chamada, torna-se política de pressão e pode ser utilizada pelas elites políticas dos grupos minoritários em suas tentativas de corrigir as injustiças ou de obter uma "parte maior do bolo".

Costuma-se aceitar o fato de que, por trás de muitas reivindicações étnicas contemporâneas, encontram-se injustiças econômicas, mas seria muito simplista reduzir o problema, como um todo, a uma forma de luta econômica. Onde quer que haja minorias territoriais, como os índios na América Latina, ou, talvez, as tribos reconhecidas na Índia, as reivindicações costumam ser por maior controle dos recursos, ou por maior autonomia local (incluindo, naturalmente, em alguns casos, autogoverno político ou independência).[7] Quando os grupos étnicos não têm uma base territorial, mas encontram-se dispersos na sociedade mais ampla, as reivindicações étnicas podem formular-se em termos mais culturais ou econômicos do que políticos ou territoriais. Encontramos aqui, com freqüência, a luta do grupo étnico pelo reconhecimento de sua identidade cultural como grupo. Este seria o caso das nacionalidades na União Soviética, que não dispõem de base geográfica (como os judeus), ou de grupos étnicos nos Estados Unidos.

A ativação das reivindições étnicas como escolha racional de ação política pode servir aos interesses de segmentos mais amplos do espectro político. Seria um erro identificar os movimentos étnicos com qualquer ideologia política. Primeiro, é preciso determinar as circunstâncias históricas concretas em que surgem tais movimentos

[7] Sobre a Índia, um bom relatório sintético é o de Ghanshyam Shah, 1982. Sobre a América Latina, ver G. Bonfil et alii, 1982.

e como eles se relacionam com os conflitos sociais e econômicos mais amplos de seu tempo e lugar. Na Europa, entre as duas guerras mundiais, os movimentos étnicos apresentam uma nítida tendência de direita, mas, atualmente, movimentos semelhantes tendem a ser considerados mais esquerdistas. No Terceiro Mundo, os movimentos étnicos são, geralmente, de natureza progressista, principalmente porque surgem como uma reação contra a opressão e exploração. Isto, no entanto, não impede que sejam usados ou manipulados, às vezes, em função de fins alheios àqueles que aparentemente apresentam. Este pode ser o caso do movimento sikh Akali, na Índia atual. Outro exemplo: a preocupação legítima dos índios Miskito, na Nicarágua, que estão sendo usados pelas forças contra-revolucionárias, ajudadas pelos Estados Unidos, contra o governo dos sandinistas.

Quando, no decorrer do desenvolvimento político, certas elites etnicamente definidas são deslocadas, ou perdem posições prévias de poder e privilégio, elas costumam reagir em termos étnicos. Isto pode conduzir a lutas e conflito comunitário, como ocorre, freqüentemente, na Índia e em outros países asiáticos. É importante compreender que, mesmo neste caso, existem sempre "ligações primordiais" subjacentes que podem ser mobilizadas em certas situações.

Se, na raíz de tantas reivindicações étnicas, estão injustiças econômicas básicas, por que razão elas não se expressam sempre em termos de classe? Se os índios americanos, os negros dos Estados Unidos, ou os católicos de Ulster são economicamente desprivilegiados ou explorados, será que a luta de classes e a organização por classe não seriam melhor veículo de ação política do que a mobilização étnica? Na verdade, este é o argumento dos analistas, quando sugerem que as reivindicações étnicas constituem um claro exemplo de "falsa consciência", ou então que não passam de objeto de manipulação de elites com interesses próprios, sendo usadas para distrair a atenção dos grupos oprimidos de seus verdadeiros (mesmo que não percebidos) interesses de classe. Certamente, existe uma grande parte de verdade nesta abordagem, mas afirmo, novamente, que seria muito simples reduzir a etnicidade à classe, como também é simplista negar o fator classe nas diversas formas de luta étnica. Por vezes, na verdade, os interesses de classe são melhor servidos através da etnopolítica do que através da organização de classe. Os negros dos Estados Unidos, por exemplo, acreditam que podem melhorar sua situação com maior eficácia, através da luta política, seguindo a linha étnica, do que subordinando suas reivindicações

étnicas aos interesses de classe gerais. Isto não nega, naturalmente, a unidade básica das reivindicações de classe, mas seria um erro ignorar as clivagens étnicas e raciais no interior das classes sociais nos Estados Unidos e em qualquer outro lugar. E aqui, certamente, não devemos esquecer que as classes dirigentes, através da história, tentaram justificar suas leis e privilégios invocando uma suposta superioridade étnica.

Na América Latina, a maioria dos índios são camponeses pobres. Sofrem uma dupla opressão: como índios colonizados e como camponeses explorados. Seria tão errôneo negar sua identidade étnica, quanto ignorar sua posição na estrutura de classes, e isto não apenas por motivos analíticos, mas também por suas implicações políticas (Stavenhagen, 1982).

Seriam os laços étnicos mais fortes que os interesses de classe, ou vice-versa? Se assim for, por quê e sob quais condições? A etnicidade, a classe, a política e o estado-nação estão inextrincavelmente ligados. Existe aqui um grande espaço para a pesquisa básica. Os planejadores e políticos de todo o mundo têm que lidar com fatores étnicos no desenvolvimento. No entanto, muitos deles preferem ignorar o assunto, porque ele pode questionar as premissas do estado-nação. Este foi o caso da África, onde as questões étnicas são consideradas altamente delicadas do ponto de vista político, porque estão, basicamente, ligadas à artificialidade das fronteiras nacionais tal como herdadas dos tempos coloniais, e à questão da legitimidade do poder de Estado. Mas, a "questão étnica" continua a explodir, às vezes, de forma violenta. Argumenta-se, assim, que levantar a questão étnica na África é enfraquecer os jovens estados nacionais e impedir a tarefa de construção nacional. No entanto, tem havido propostas recentes de uma reavaliação do pluralismo étnico no interior da estrutura do Estado, e o Benin, por exemplo, estabeleceu, constitucionalmente, o pluralismo étnico e cultural como elemento essencial da organização do Estado.

Os movimentos étnicos, as organizações de base étnica, ganharam nova relevância em nossos dias. As reivindicações étnicas começam a voltar ao primeiro plano. Enfrentando as gigantescas tarefas da construção nacional e do desenvolvimento econômico e social, um número crescente de estudiosos do desenvolvimento vem rejeitando as abordagens "tecnocráticas" ao desenvolvimento e estão reavaliando o papel dos valores culturais e dos sistemas sociais no desenvolvimento. O Terceiro Mundo tem liderado as demandas pelo respeito à identidade cultural, por um processo de desenvolvimento

harmonioso com as tradições culturais.[8] Mas, será que estas tradições culturais podem ser respeitadas quando, como vimos, é muito difícil, em inúmeros países do Terceiro Mundo, identificar, realmente, uma única cultura nacional, A reivindicação de respeito à identidade cultural costuma limitar-se à do grupo étnico dominante, mas o mesmo respeito não é dispensado aos grupos minoritários ou culturas oprimidas no interior dos estados-nações. É dramática a situação dos índios latino-americanos a este respeito. Quando os latino-americanos afirmam, por exemplo, a primazia de seus valores culturais sobre os da cultura materialista e consumista anglo-saxônica e lamentam a excessiva americanização de suas sociedades, eles costumam mostrar, ao mesmo tempo, total desprezo pela identidade cultural das sociedades indígenas existentes em seus países.

Proponho que o etnodesenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente.

Não existe nenhum processo evolutivo unilinear inequívoco que conduza da existência de uma multiplicidade de grupos étnicos a uma única cultura mundial, assim como não existe evolução unilinear de uma sociedade subdesenvolvida a uma desenvolvida. Não há motivo para se supor que os 150 estados-nações (que variam em tamanho e complexidade, de Santa Lúcia à China, de Tonga aos Estados Unidos) sejam, naturalmente, unidades mais viáveis para o desenvolvimento (econômico, social, político, cultural) do que os milhares de grupos étnicos estimados no mundo. Não há nenhuma razão por que os curdos ou os bascos tenham menos direito à autodeterminação do que os palestinos ou os holandeses. Em minha opinião, a maior tarefa teórica dos anos vindouros será integrar à teoria do desenvolvimento o nosso conhecimento confessamente parcial sobre a dinâmica étnica.

O tamanho e o número das nações do sistema internacional é uma questão política prática. Ninguém parece satisfeito com os cerca de 150 estados-nações que existem atualmente. Um argumento corrente em favor da federação mundial propõe a constituição de 20 ou 25 estados no mundo, com tamanho e poder mais ou menos equivalentes (Kothari, 1974). Mas, o que aconteceria aos milhares de grupos étnicos? Não estou afirmando que cada grupo

---

8 Ver as atas da conferênêcia mundial da UNESCO sobre políticas culturais, realizada na Cidade do México, no verão de 1982.

étnico no mundo deva ter seu próprio estado. Ao contrário, minha crítica ao estado-nação e ao estado etnocrático conduz, precisamente, à direção oposta, ou seja, ao Estado multinacional, multicultural, multiétnico (se é que deve haver algum Estado), no qual as comunidades étnicas possam encontrar iguais oportunidades de desenvolvimento social, econômico e cultural dentro da estrutura mais ampla.

Isto é fácil de afirmar mas, surpreendentemente, não é muito aceito. A Índia enfrentou o problema criando três estados lingüísticos, a fórmula das três linguagens na educação, e outras medidas (Gupta, 1975). Aprendeu que é menos dispendioso, em termos humanos e sociais (não importa quão agudos sejam os conflitos envolvidos), lidar com o problema de modo tentativo do que ignorá-lo. Na Europa central há uma crescente preocupação com o desenvolvimento cultural regional das culturas oprimidas, no contexto da descentralização administrativa, da "devolução" (como tem sido chamado no Reino Unido), do planejamento econômico regional e da integração supranacional (Krejci e Velinsky, 1981). Na América Latina, o etnodesenvolvimento das populações indígenas significa uma completa revisão das políticas governamentais "indigenistas" que têm sido adotadas pela maioria dos governos. Um novo tipo de movimentos sociais indígenas militantes vem reivindicando a reafirmação dos valores culturais indígenas e uma reavaliação da posição dos índios na estrutura social (Bonfil et alii, 1982; Stavenhagen, 1982).

Usei aqui o conceito de etnodesenvolvimento em contraposição aos de etnocídio e etnocracia, definidos acima. Dou-me conta de que ele está sujeito a críticas em muitos sentidos. Já mencionei de que forma a ideologia do Estado nacional é, geralmente, refratária a uma idéia de desenvolvimento étnico que não se adapta aos seus próprios termos. É claro que existem fortes argumentos a favor do fortalecimento do estado-nação, mas é tão difícil aceitar a *raison d'état* para a violação dos direitos culturais coletivos, quanto para a violação dos direitos humanos individuais. Mencionei, também a interpretação dogmática da dinâmica de classes que conduziu à lamentável ignorância da dimensão étnica na análise marxista. Uma crítica ainda mais perniciosa sugere que a idéia de etnodesenvolvimento tenderia a isolar os grupos étnicos das correntes culturais principais, para "mantê-los subdesenvolvidos". Argumentar-se-ia que o etnodesenvolvimento poderia ser usado como pretexto para manter a segregação e a opressão cultural, recusando a possibilidade de

"integração nacional", e reforçando, de fato, a posição da etnocracia dirigente. Um exemplo extremo desta abordagem poderia ser o *apartheid* e o chamado "desenvolvimento separado" do território bantu (eufemisticamente chamado "terra natal"), na África do Sul. No entanto, esta crítica é completamente infundada, pois o etnodesenvolvimento é concebido como um processo dinâmico e criativo que, mais do que limitá-las, pode liberar energias coletivas para o seu desenvolvimento. E, afinal de contas, a corrente cultural principal não passa de uma confluência de múltiplas correntes separadas. E se estas correntes separadas não puderem crescer, a corrente principal acabará por secar.

Tradução de LAÍS MOURÃO
Revisão de ALCIDA RITA RAMOS

BIBLIOGRAFIA

ALBERTINI, Mario, *L'Etat National*. Lion: Federop, 1978.

APTER, David E. *The Politics of Modernization*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

BELLAH, Robert N. *Tokugawa Religion*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1957.

BONFIL, G. B. et alii. *América Latina: Etnodesarollo y Etnocidio*. São José, Costa Rica: FLACSO, 1982.

CAPOTORTI, Francesco. *Estudio sobre los Derechos de las Personas Pertenecientes a Minorias Etnicas, Religiosas o Linguisticas*. Nova Iorque: Nações Unidas (E. CN. 4/Sub. 2/384/Rev.), 1979.

CHANDRA, Bipan. "Karl Marx, his Theories of Asian Societies and Colonial Rule". In *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris: UNESCO, 1980.

China's Minority Nationalities. São Francisco: Red un Publishers, 1977.

DAVIS, Horace B. *Toward a Marxist Theory of Nationalism*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1978.

EISTENSTADT, S. N. *The Protestant Ethic and Modernization*. Nova Iorque: Basic Books, 1968.

ERMACORA, Felix. *Nationalitatenkonflikt und Volksgruppenrecht*. Munique: Band II, 1978.

GORDON, Milton H. "Toward a General Theory of Racial and Ethnic Groups Relations". In (N. Glazer e D. P. Moynihan, orgs.) *Ethnicity*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

GUPTA, Iyotirindra Das. "Ethnicity, Language Demands, and National Development in India". In (N. Glazer e D. P. Moynihan, orgs.) *Ethnicity*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

HAUPT, G., M. LOWY e C. WEILL. *Les Marxistes et la Question Nationale, 1848-1914*. Paris: Maspero, 1974.

HIRSCH, Fred. *Social Limits to Growth*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

ISAACS, Harold B. "Basic Group Identity: The Idols of the Tribe". *In* (N. Glazer e D. P. Moynihan, orgs.) *Ethnicity*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
KOTHARI, Rajni. *Footsteps into the Future: Diagnostic of the Present World and a Design for an Alternative*. Nova Iorque, 1974.
KREJCI, J. e V. VELINSKY. *Ethnic and Political Nations in Europe*. Londres: Croom Helm, 1981.
KUPER, Leo. *Genocide*. Londres: Penguin Books, 1981.
KUPER, L. e M. G. SMITH (orgs.). *Pluralism in Africa*. Berkeley: University of California Press, 1971.
LEON, Abraham. *La Conception Matérialiste de la Question Juive*. Paris, 1968.
L'Etat Soviétique Multinational. Moscou: Editions du Progres, 1975.
LIPSET, Martin. *The First New Nation*. Nova Iorque: Basic Books, 1963.
MADAN, T. N. "Coping with Ethnic Diversity: a South Asian Perspective". Comunicação apresentada ao 104.º encontro anual da Sociedade Etnológica Americana, Lexington, Kentucky, abril de 1982.
MUKERJI, Nirman. *Seminar*. Nova Deli, janeiro 1982.
NERFIN, Marc (org.). *Another Development: Approaches and Strategies*. Uppsala: Fundação Dag Hammarskjold, 1977.
SACHS, Ignacy. *Stratégies de L'Éco-Développement*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1980.
————. *Initiation à L'Éco-Développement*. Paris: Privat, 1981.
SHAH, Ghanshyam. "Ethnic Minorities and Nation Building: The Indian Experience". Comunicação apresentada ao Grupo de Trabalho sobre Minorias Étnicas Nativas e Construção Nacional, Centro de Estudios Economicos y Sociales del Tercer Mundo, Cidade do México, outubro de 1982.
SMITH, Anthony. *Nationalism in the 20th Century*. Londres: Martin Robertson, 1979.
SOMBART, Werner. *The Jews and Modern Capitalism*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951 (1911).
STAVENHAGEN, Rodolfo. *Social Classes in Agrarian Societies*. Nova Iorque: Doubleday Anchor Books, 1975.
————. Indian Ethnic Movements and State Policies in Latin America. *Praxis International*. Oxford, vol. 2, N.º 3, outubro de 1982.
VEITER, Theodor. *Nationalitatenkonflikt und Volksgruppenrecht IM 20. Jahrhundert*. Munique: Band K, 1977.
WEBER, Max. *The Religion of India: The Sociology of Hinduism and Bhuddhism*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1958.